

## 26 de outubro é Dia Nacional de Luta

**Calendário aprovado na Fenajufe indica retomada da greve para novembro e atos em todo o País na próxima terça**

O Sintrajud convoca os servidores para as assembleias/atos na terça-feira, dia 26 de outubro. A data foi aprovada na reunião ampliada da federação nacional do dia 16 (ver abaixo). A ampliada também aprovou indicativo de greve por tempo indeterminado a partir de 17 de novembro.

Para o diretor do Sintrajud Eliseu Trindade, jogar a greve para o mês que vem foi um erro, porque, com a disputa eleitoral, a luta do servidor teria mais visibilidade. Embora o Sintrajud tenha defendido a retomada das mobilizações antes das eleições, em nome da unidade, defende acatar o calendário aprovado na reunião nacional.

“Temos que preparar grandes atos no dia 26, afinal não temos garantias concretas que o PCS será aprovado, só promessas”, diz Eliseu. Por isso, conclui que é fundamental a participação de todos, inclusive quem defende a mudança de remuneração para subsídio. O Sintrajud e a Fenajufe reafirmam a defesa pelo PCS, conforme aprovado nos fóruns e instâncias deliberativas da categoria.

Para Eliseu, essa discussão não pode dividir a categoria, diante dos desafios que ela tem pela frente para conquistar seu reajuste. O diretor alerta que o PLP 549/09 continua em tramitação ameaçando um congelamento aos servidores até 2019. “É hora de unidade.”

O momento atual, segundo a diretora do Sindicato Leica Silva, é de a categoria “pensar na responsabilidade da construção de seu futuro”. Ela ressalta: “Os servidores têm que se organizar para construir o futuro que desejam ter: com direitos ou com salário congelado”.

### Participe das assembleias/atos para construir a mobilização!

#### Santos

Assembleia/ato na JF, dia 26, às 11h

#### TRF/JF

Assembleia, quinta-feira, dia 26, às 13h, em frente ao tribunal

#### TRT/JT

Assembleia/ato no Fórum da Barra Funda, dia 26, às 13h

#### TRE

Assembleia/ato em frente ao TRF, dia 21, às 13h

### Ampliada aprova atos pelo PCS no dia 26, mas adia greve para novembro

Em reunião ampliada da federação nacional (Fenajufe), realizada no sábado, 16, em Brasília, os servidores reafirmaram que não há garantias de aprovação do PCS após as eleições do dia 31. Foi consenso que o suposto ‘acordo’ entre o presidente Lula e o ministro Cezar Peluso, presidente do STF, sobre rediscutir o assunto após as eleições, não é certeza de nada.

A polêmica ficou sobre o calendário. Parte dos delegados, defenderam mobilização já, antes do 2º turno, para pressionar Lula, Peluso, parlamentares e os dois candidatos à presidência da República. Essa foi a defesa dos servidores ligados ao Movimento Luta Fenajufe e do Sintrajud. O Sindicato enviou 10 delegados à ampliada eleitos em assembleia.

Outra parte dos servidores propôs adiar as mobilizações para novembro, após as eleições. Neste grupo, encontravam-se sindicalistas ligados à CUT.

### Sintrajud e Fenajufe cobram de Dilma compromisso com o PCS



Melqui cobra compromisso de Dilma com o PCS em reunião com assessor direto da candidata

José Eduardo Cardoso, coordenador da campanha de Dilma Rousseff, recebeu de representantes da categoria um pedido de compromisso pela aprovação dos PLs 6613/09 e 6697/09, dos PCSs do Judiciário Federal e do Ministério Público. Ele se comprometeu a levar os documentos entregues à presidenciável.

Na reunião, que aconteceu em São Paulo na quarta-feira, 20, o deputado também ouviu

que os servidores não aceitam o congelamento salarial, previsto no PLP 549/09, e críticas ao desrespeito à data-base da categoria.

“Na realidade, estamos cobrando de um representante do governo a mudança de posição sobre o congelamento salarial, que foi proposto pela base de apoio do governo Lula”, disse Antônio Melquíades, diretor do Sintrajud e da Fenajufe. Leia mais no site.

#### Saúde

Semana do servidor terá debates e palestras  
Página 03

#### França

Mobilizações tomam conta do país  
Página 04

#### Direito de greve

Servidores resistem às medidas dos tribunais  
Página 04

## Os mineiros chilenos e as condições de trabalho

O resgate dos 33 mineiros presos a cerca de 700 metros de profundidade, no norte do Chile, foi fortemente noticiado e, claro, que o esforço para retirá-los de lá tem que ser valorizado. No entanto, a cobertura midiática mais se assemelhou a um reality show. Já há quem pense em fazer filmes e livros para lucrar com a história. As cenas pareciam uma refilmagem do clássico "A Montanha dos Sete Abutres". No filme de 1951, dirigido por Billy Wilder, um minerador é soterrado em uma montanha perto da cidade do Novo México. Um jornalista descobre onde o mineiro está e em vez de ajudá-lo a sair dali, ele transforma a história daquele homem em um espetáculo, colocando em risco a vida do trabalhador.

Quando foi lançado, o filme não foi bem recebido pela mídia. Mas, passadas seis décadas, ele continua atual. Não só pelo sensacionalismo ainda comum em

### Milhares de trabalhadores perdem suas vidas diariamente em nome do lucro

certos setores midiáticos que transformam notícias em espetáculos da vida real e informação em mercadoria, mas porque acidentes como naquela época continuam acontecendo. Trabalhadores continuam sendo explorados até o limite de pagarem com suas próprias vidas pelas más condições e precarização a que estão sujeitos.

Por que os mineiros foram soterrados? Para que e para quem eles estavam lá? Milhares de trabalhadores perdem suas vidas diariamente em nome do lucro. Somente neste ano, 31 mineiros morreram no Chile em acidentes. Em 2009, foram registrados cerca de 191 mil acidentes de trabalho no país, com 443 mortes.

No Brasil, cerca de três mil trabalhadores morrem por ano por conta de acidentes de trabalho, segundo o Diesat (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas em saúde do trabalho). Em todo o mundo, a OMS estima que dois milhões morrem todos os anos devido a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Para manter seus lucros, empresas aumentam sucessivamente as metas e o ritmo de trabalho. Assim, pessoas são submetidas a um número crescente de doenças relacionadas ao trabalho. Terceirização, flexibilização dos direitos são outras fórmulas usadas para aumentar lucros. Infelizmente essa realidade, que já acomete os trabalhadores do setor privado, está cada vez mais próxima do funcionalismo e isso precisa ser evitado. Metas inviáveis de serem cumpridas passaram a ser impostas aos servidores do Judiciário. O mutirão "Justiça em Dia" do TRF-3 é o exemplo mais recente.

O volume de trabalho já tem revelado consequências negativas à saúde do servidor. Pela gravidade, o Sintrajud escolheu o tema para ser debatido na Semana do Servidor Público. O Sindicato vai promover uma série de debates e distribuirá uma cartilha, para que juntos os trabalhadores se unam para que vidas não se percam.

## IDÉIAS

Um espaço para a livre expressão de opinião  
Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

### Que futuro faremos?

Leica Silva

*"Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado"* Karl Marx

Estamos num momento importante e delicado de nossa história. Em relação à categoria, não está afastado o risco de amargarmos mais alguns anos de congelamento salarial. Não há previsão de orçamento para o PL 6613, nem ação efetiva do Judiciário ou do governo para sua aprovação. O Judiciário não se fez respeitar ao aceitar falar em acordo após as eleições. E a categoria não se fez ouvir tão fortemente quanto é necessário para ter seus direitos respeitados.

Enfrentamos uma greve longa, dura, com formas de repressão que passam do cotidiano enfrentamento com chefias aos descontos salariais e decisões nos Tribunais que atacam o direito de greve, da legítima organização dos trabalhadores. Essa repressão é comum em todas as greves.

Enfrentamos também momentos de divisão da categoria, fomentados por grupos que se movem apenas em defesa de interesses mais imediatos, não percebendo armadilhas que se escondem no fundo de propostas de aparência deslumbrante. Também houve enfraquecimento pois parte da categoria entende que alguns (sempre os outros) devem lutar pelos direitos de todos, transferindo assim sua responsabilidade.

Um problema, do nosso lado, o dos trabalhadores, é que há sim parte que considera que não há mais o que fazer. Acreditam que o mundo é assim e ponto final. Que tudo é natural.

Não. É imprescindível lembrar que a história, com seus aspectos positivos e negativos, é o resultado da ação e da omissão de cada um que ajuda a mudar ou manter tudo como está. Não existe a tão falada imparcialidade, cada ação ou omissão tem um resultado.

É correto que agimos sobre as circunstâncias que recebemos como fruto do passado. Mas é verdade também que somos nós quem moldamos o futuro.

Quanto à situação do país, voltaremos às urnas. Agora, não há

terceira via e a escolha está limitada entre Dilma e Serra.

Serra é o representante da direita que vendeu tudo o que pode enquanto esteve no poder. Que ainda se recusa a reconhecer a violência e a tortura da ditadura civil militar que atacou nosso país durante 20 anos. Que articula e estimula o ódio em reuniões nos clubes militares, baixa o nível da campanha e usa de argumentos fascistas. É a social democracia, que não é social, nem democrática, que bate em professores após dois meses de greve e sequer os recebe para negociação. Que alaga a população pobre do Jd. Pantanal, abrindo comportas do Rio Tietê, para forçar sua saída. Há mais o que dizer, mas basta, por ora, lembrar que é o setor que nunca valorizou trabalhador e acha que servidor público é coisa antiga, fora de moda. É o grupo que não pode voltar ao poder central do país. Para que esse grupo não volte ao poder, é preciso votar Dilma.

E é preciso não para que tudo se resolva. Isso não acontecerá, e não devemos esperar que um governante nos substitua. Esse voto deve ser assim para que os trabalhadores ao menos tenham algumas condições de seguir se organizando.

Voltemos então à nossa responsabilidade. As condições são essas. Mas o futuro, o faremos nós. Não haverá quem conceda graciosamente nosso reajuste, como também não haverá milagroso governante que mude por completo o país. Trata-se de conquistas, e não de benesses, num processo em que há conflitos de interesses de classes. Toda a mudança e a construção depende de que os trabalhadores se organizem, busquem sua unidade, não se ataquem mutuamente e nem se deixem dividir por artifícios. Que unidos, de olhos postos na construção de um futuro digno, ajam. Seguimos em luta!

\* Leica Silva é servidora do TRT e diretora do Sintrajud

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para [imprensa@sintrajud.org.br](mailto:imprensa@sintrajud.org.br), contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

## Agenda

### Vai Acontecer

#### 21 de outubro

Assembleia no TRE, às 13h

#### 22 de outubro

Assembleia na JF/Pedro Lessa, às 13h

#### 25 de outubro

Debate sobre saúde do trabalhador do Judiciário, no Fórum Criminal, às 18h

#### 26 de outubro

- Dia Nacional de Luta
- Assembleia/ato na JT/ Barra Funda, às 13h
- Assembleia/ato na JF/ Santos, às 11h
- Debate sobre saúde do trabalhador no Fórum da Barra Funda, às 18h

#### 27 de outubro

Debate sobre saúde do trabalhador no Fórum das Execuções Fiscais, às 18h

#### 28 de outubro

Dia do Servidor Público

#### 5 de novembro

Debate de saúde em Diadema às 15h

### Aconteceu

#### 19 de outubro

Debate sobre saúde do trabalhador na JF de Ribeirão Preto

#### 18 de outubro

Debate sobre saúde do trabalhador no JEF de Franca.

## Mobilização

# Servidores resistem às medidas que cerceiam o direito de greve

Para diretora do Sintrajud, a melhor forma de enfrentar essa restrição é com mobilização e organização

Além da difícil luta pelo PCS e contra o congelamento salarial, os servidores estão tendo que enfrentar o flagrante desrespeito ao direito de greve, patrocinado pelas administrações dos tribunais.

Em todos os segmentos da justiça em

que a mobilização dos servidores foi forte, por meio de portarias, os tribunais estão punindo e na prática cerceando o direito de greve da categoria, que leva o judiciário nas costas.

Situações semelhantes se repetem no

TRF-3, no TRT-2 e no TRE, além da primeira instância na Justiça Federal. Na opinião do diretor de base do Sintrajud Adilson Rodrigues, servidor da JF de Santos, o desrespeito ao direito de greve tem crescido nos últimos anos:

“As administrações e os tribunais são omissos quando é hora de cumprir a lei que garante a data-base da categoria, mas quando os servidores vão à greve contra o congelamento salarial, eles são enérgicos”, critica.

## TRT-2

Para os servidores da Justiça Trabalhista, uma portaria determinou o corte de pontos dos que aderiram à greve. Um recurso ingressado pelo Sintrajud levou a questão ao Pleno do TRT-2, que suspendeu esse desconto, mas, mesmo assim, os servidores tiveram seus salários descontados no mês de agosto.

Na segunda-feira, dia 18 de outubro, ocorria o julgamento do recurso administrativo, 33 desembargadores já haviam votado favoravelmente aos servidores, enquanto 21 defendiam o corte dos pontos, quatro desembargadores pediram vistas e adiaram a decisão.

### Compensação

A portaria 29/10 determinou a compensação hora a hora. Já tem um pedido de reconsideração.

Foi feita uma reunião com os juízes auxiliares e aguarda-se um parecer.

## JF

A portaria 1605/10, da Justiça Federal, determinou desconto dos servidores de Americana, o Sintrajud já ingressou com recurso administrativo, que está na Secretaria de Recursos Humanos, mas ainda sem decisão. O Sintrajud está preparando uma ação anulatória do ato administrativo, uma vez que neste ato está colocada a possibilidade de instauração de processo administrativo contra os servidores grevistas.

No restante da 1ª instância, a administração seguiu a determinação do TRF-3 de compensação hora a hora.

O Sintrajud já está recorrendo e o processo foi distribuído para o desembargador André Nabarrete.

## TRE – liminar consolida vitória

No TRE, a portaria 163/10, que determinava o corte dos pontos dos servidores em greve, foi revogada após forte mobilização da categoria. No último dia 15 de outubro, uma liminar do TRF-3 suspendeu a sua efetividade. Apesar de tardia, a liminar pode servir de embasamento para outras situações onde há o risco do desconto.

Posteriormente, a administração editou a portaria 292/10 determinando a compensação hora a hora até 30/06/2011, descontando as horas credoras que alguns servidores tinham no banco de horas.

O Sintrajud entrou com recurso administrativo reivindicando a devolução dessas horas até um posicionamento do Superior Tribunal de Justiça sobre a greve e seus efeitos.

## TRF-3

No TRF-3 não houve corte de pontos dos servidores que aderiram à paralisação, mas houve a determinação da compensação do período paralisado na proporção hora a hora.

Segundo a avaliação da diretora do Sintrajud

Ana Luiza Figueiredo estão querendo punir os servidores que usaram seu legítimo direito de greve para barrar a injustiça do congelamento. Segundo a diretora,

há uma pressão para que se trabalhe em dias de sábado domingo e feriados, sem receber horas extras no mutirão chamado de “Justiça em dia”, que ambiciona julgar 80 mil processos em seis meses. “Para os servidores que fizeram a greve estão propondo a ‘injustiça’ em dia”, ironiza Ana Luiza.

Para reverter essa situação, o Sintrajud já pediu reconsideração, que foi negado, e agora está entrando com recurso administrativo, se baseando, principalmente na Resolução 419/05, do Conselho da Justiça Federal, que afirma que a compensação será feita “mediante plano de execução do serviço acumulado em decorrência da paralisação”.

“Reiteramos a orientação para os servidores a não compensarem as horas enquanto não for concluído o processo de mobilização pelo PCS e contra o congelamento salarial, aguardando a tramitação dos recursos que encaminhamos pela nossa entidade”, afirmou a dirigente. Ela complementa: “Não são poucos os ataques que estamos sofrendo, mas nossa luta não acabou. Esta realidade exige de nós mais organização, por isso precisamos participar dos atos do dia 26, quando iremos cobrar dos tribunais nosso direito de greve, já que nós servidores não fizemos greve por capricho e, diferentemente dos magistrados, não temos nosso PL incluído no orçamento federal”.

## Semana do servidor

# “De que adoecem os(as) trabalhadores(as) do judiciário”

Sintrajud realiza ciclo de debates sobre saúde do trabalhador na capital e no interior

Com o dia do servidor público se aproximando (28/10), o Sintrajud inicia uma série de debates sobre a saúde e o adoecimento dos trabalhadores do Judiciário. Os eventos serão realizados na capital e interior e, na ocasião, será distribuída uma cartilha elaborada pelo Coletivo de Saúde do Sintrajud com informações sobre o tema. “No dia do

servidor mais do que comemorar, é uma oportunidade para debater os problemas que adoecem a categoria”, afirma Angélica Olivieri, diretora do Sindicato e participante do Coletivo.

De acordo com ela, dados estatísticos sobre saúde dos servidores têm norteado discussões do grupo. “É bastante assustador o número de adoecimento

mental entre a categoria, com casos de depressão, ansiedade, entre outros transtornos. É sempre oportuno debater para procurar formas de intervir nos problemas”, diz.

Já foram realizados debates em Franca e em Ribeirão Preto. Entre os assuntos abordados nos debates estão: o trabalho na contemporaneidade e sua relação com

a saúde e vida; o conceito de assédio moral no trabalho; a apresentação e análise dos dados da pesquisa sobre assédio moral no trabalho, realizada pelo Sintrajud; os transtornos à saúde mental relacionados ao trabalho e medidas de prevenção.

Veja na página 2 ao lado, a programação dos debates.

# Trabalhadores franceses se mobilizam em defesa da aposentadoria

As manifestações contaram com a participação de representantes da CSP-Conlutas que levaram a solidariedade dos trabalhadores brasileiros aos franceses



Manifestações na França colocam em xeque projetos de ataques de Sarkozy

Alguns dias antes das eleições brasileiras, o povo francês protagonizou, mais uma vez, uma gigantesca greve geral no país, manifestando toda a sua insatisfação contra a proposta de reforma da previdência apresentada pelo governo de Nicolas Sarkozy.

Em Paris, dois integrantes da CSP-Conlutas fizeram parte das manifestações que foram muito além da capital e tomaram conta de 230 cidades do país, mobilizando cerca de três milhões de trabalhadores. Dirceu Travesso e Sebastião Carlos, o 'Cacau', segundo relataram, marcharam junto à coluna organizada por Solidaires, numa passeata em direção à Praça Denfert Rochereau, que durou mais de três horas.

Esta coluna, sempre de acordo com os relatos dos sindicalistas brasileiros, era a mais animada entre as diversas colunas organizadas pelas oito centrais sindicais francesas, além de outras organizações de trabalhadores, que possuíam palavras de ordem, carros de som, panfletos e muitos balões próprios. Na coluna de Solidaires havia uma forte presença de trabalhadores de saúde, correios e telecomunicações, ferroviários, servidores públicos e outros setores: "Havia muita gente jovem, garantindo entusiasmo à caminhada, impactante pela quantidade de gente, mas também pelas reações por onde passava", descreveu Dirceu Travesso.

O sindicalista ainda narra que em cada rua

por onde passava, a manifestação lembrava a história de uma classe trabalhadora que, não por acaso, tem conquistas sociais das mais avançadas do mundo. Ele ainda conta que a Praça Denfert Rochereau, local de chegada da passeata, é de onde saíram as manifestações estudantis de maio de 1968.

Os argumentos do governo francês para tentar implementar essa reforma são os mesmos do utilizados por outros governos capitalistas de que não há recursos para o financiamento do sistema de aposentadoria. "Motivo inaceitável", diz Travesso, "já que foram esses mesmos governos que, diante dos primeiros sinais da crise econômica internacional, entregaram trilhões dos cofres

públicos aos banqueiros e às grandes empresas multinacionais".

O brasileiro ainda faz um alerta: "Enganam-se os que acham que esse é um debate dos trabalhadores franceses. Está em questão na Europa a saída para a crise econômica em todo o mundo. Se os governos capitalistas europeus, particularmente o francês, impuserem esse ataque, derrotando os setores mais organizados da classe trabalhadora mundial, a burguesia e o imperialismo, como um todo, vão se fortalecer para atacar os trabalhadores e povos do mundo. A vitória de nossa classe na Europa, ao contrário, fortalecerá a luta e a resistência em nível internacional", concluiu.

## ONU renova ocupação militar no Haiti até outubro de 2011

"Tropas brasileiras estão lá para reprimir o trabalhador Haitiano e manter o menor salário da América Latina", diz servidor

O Conselho de Segurança da ONU decidiu no último dia 15 manter as forças de ocupação no Haiti até outubro de 2011, "com a intenção de renová-la novamente", segundo documento publicado pela Organização das Nações Unidas.

Sob o argumento de garantir o processo eleitoral na ilha caribenha, que acontecerá no final de novembro próximo, o Conselho de Segurança decidiu que o contingente militar de 8.490 homens, entre oficiais e soldados, e o corpo policial de 4.391 homens permanecerá no Haiti por mais 12 meses.

Com mais de 1260 militares, o Brasil tem o maior contingente e lidera a ocupação. De acordo com o site Contas Abertas, até janeiro de 2010, esta ocupação militar já custou aos cofres públicos brasileiros mais R\$ 703,58 milhões.

No site do Ministério da Defesa não há

dados específicos sobre a participação brasileira. Para o economista do Sintrajud Washington Moura Lima devem existir muitos gastos que estão distribuídos em outras rubricas, o que dificulta o levantamento desses dados.

Segundo já foi levantado pela Folha de S. Paulo, boa parte do orçamento desta operação militar, iniciada em 2004, e que reúne o maior contingente brasileiro em terras estrangeiras desde a 2ª Guerra Mundial, foi garantido por meio de medidas provisórias, sem ser incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O Sintrajud e a CSP-Conlutas exigem que o Brasil retire imediatamente as tropas do Haiti. A presença de brasileiros lá é inaceitável para diretor do Sintrajud Cléber Borges Aguiar. "Não há ajuda humanitária nenhuma. Faz cinco anos que as tropas estão lá e nada melhorou



Haitianos assistem debate com Batay Ouvriye e Conlutas em Porto Príncipe

no país. As informações que nos chegam por meio do Batay Ouvriye – uma central sindical e popular 'irmã' da CSP-Conlutas – denunciam que o exército brasileiro

reprime o povo haitiano para garantir a mão de obra mais barata do continente para as grandes empresas do setor têxtil, que estão ali instaladas", afirmou.

**Jornal do Judiciário**  
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

**DIRETORIA:** Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fereireiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos@uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaboradores:** Hélcio Duarte Filho e Fernanda Bunny **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000